FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Direito Processual Penal II – TAN

Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidades de Direito Penal e Ciências Jurídico-Forenses
Prof.ª Doutora Helena Morão

Prova escrita de avaliação final
8 de Janeiro de 2026
Duração: 90 minutos

Critérios de Correcção

1. Identificação de um problema de proibição de *reformatio in peius*
- O âmbito do princípio da proibição de *reformatio in peius*
- O fundamento deste princípio nos recursos interpostos pela acusação
- A diferença entre a interposição de recurso e o parecer em sede de vista para efeitos de proibição de *reformatio in peius*

2. Identificação de um problema de recorribilidade (400/1/c) CPP e 32/1 CRP)
- A questão da constitucionalidade da irrecorribilidade de decisão da Relação que agrava medida de coacção
- A questão da constitucionalidade da irrecorribilidade de decisão da Relação que viola a proibição de *reformatio in peius*
- Resolução fundada destas questões de constitucionalidade

3. Identificação de um problema de legitimidade para recorrer do assistente (401/1/b) CPP; 20/1 e 32/7 CRP)
- A uniformização de jurisprudência do STJ 8/99 e a posição do TC no caso paralelo do recurso do assistente relativo à espécie e à medida da pena;
- As perspectivas doutrinárias sobre o tema
- Conclusão fundada pela admissibilidade ou inadmissibilidade deste recurso

4. *Exemplos:*
- Previsão da realização de audiência oficiosa de recurso na Relação em caso de reversão de absolvição (caso Sá Fernandes c. Portugal, *fair trial*)
- Previsão do conhecimento amplo da matéria de facto pelo STJ no recurso de decisão de segunda instância que reverte uma absolvição